

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

entre o

ESTADO DE SERGIPE

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

com garantia da

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe
(Programa Prodetur Nacional/SE)

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL celebrado entre o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado “Banco”) e o ESTADO DE SERGIPE (a seguir denominado “Mutuário”), com a interveniência da REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada “Fiador”).

ARTIGO PRIMEIRO

Ficam introduzidas as seguintes modificações no Contrato de Empréstimo 2984/OC-BR (a seguir denominado o “Contrato”), celebrado entre o Banco e o Mutuário em 18 de dezembro de 2013, relativo à cooperação na execução do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de Sergipe (Programa Prodetur Nacional/SE) (a seguir denominado o “Projeto”):

1. As partes acordam que o valor do Empréstimo no montante de até US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de Dólares) será reduzido para o montante de até US\$ 26.600.000,00 (vinte e seis milhões e seiscentos mil Dólares), em virtude da renúncia do Mutuário a parte do Empréstimo, conforme o previsto no artigo 4.12 das Normas Gerais do Contrato. Assim, o texto da Cláusula 1.01 das Disposições Especiais do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

“**CLÁUSULA 1.01. Valor e Moeda de Aprovação do Empréstimo.** Nos termos deste Contrato, o Banco se compromete a conceder ao Mutuário, e este aceita, um empréstimo no montante de até US\$ 26.600.000,00 (vinte e seis milhões e seiscentos mil Dólares), a seguir denominado o “Empréstimo”, para contribuir para o financiamento do Projeto.”

2. Fica acordada a alteração do custo total do Projeto para a quantia equivalente a US\$ 44.300.000,00 (quarenta e quatro milhões e trezentos mil Dólares), dos quais US\$ 26.600.000,00 (vinte e seis milhões e seiscentos mil Dólares) serão concedidos pelo Banco e US\$ 17.700.000,00 (dezessete milhões e setecentos mil Dólares) serão aportados pelo Mutuário. Assim, as Cláusulas 2.01 e 2.02 das Disposições Especiais do Contrato passam a vigorar com a seguinte redação:

“**CLÁUSULA 2.01. Custo do Projeto.** O custo total do Projeto é estimado em quantia equivalente a US\$ 44.300.000,00 (quarenta e quatro milhões e trezentos mil Dólares).

CLÁUSULA 2.02. Recursos adicionais. O valor dos recursos adicionais ao Empréstimo que, de acordo com o Artigo 7.04 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a fornecer oportunamente para a completa e ininterrupta execução do Projeto, é estimado em quantia equivalente a US\$ 17.700.000,00 (dezessete milhões e setecentos mil Dólares), sem que esta estimativa implique limitação ou redução da obrigação do Mutuário de acordo com o referido Artigo. Para calcular a equivalência em Dólares, será adotada a regra selecionada pelo Mutuário na Cláusula 3.05 destas Disposições Especiais.”

3. Em virtude das alterações referidas nos parágrafos 1 e 2 acima, a descrição de componentes constante das Cláusulas 2.02, 2.03, 2.04 e 2.06 do Anexo Único do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

“Componente I: Estratégia de Produto Turístico Socialmente Inclusivo

2.02 Este componente está dirigido a aumentar a oferta de produtos turísticos e seu sucesso será medido através do aumento da permanência do turista de lazer que se hospeda na rede hoteleira. O componente inclui investimentos em: (i) assistência técnica e treinamento a empresas e recursos humanos para impulsionar a qualidade dos serviços, a gestão ambiental e a responsabilidade social; (ii) recuperação de mercados tradicionais e promoção do artesanato de qualidade dirigido à demanda turística; (iii) desenvolvimento de circuitos histórico-culturais, modernização de museus, e a construção do centro de interpretação do Cangaço; (iv) adequação turística e ambiental das praias da Área Protegida (AP) Litoral Sul (estacionamentos, delimitação, trilhas, ciclovias, miradores, centros logísticos, postos logísticos e de primeiros socorros, entre outros); e (v) elaboração e implementação de diversas rotas turísticas com base nos Planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS).

Componente II: Promoção turística - Estratégia de Comercialização

2.03 Este componente busca melhorar a posição turística de Sergipe como destino de lazer, medida através da proporção de turistas que viajam para este Estado por influência da promoção turística. O componente financiará: (i) a atualização do Plano Estratégico e de Marketing Turístico; (ii) a implementação do primeiro ano do referido plano; e (iii) o monitoramento e avaliação do investimento em promoção turística ao longo desse ano.

Componente III: Fortalecimento institucional

2.04 Este componente tem como objetivo fortalecer as capacidades de planejamento e gestão turística de forma articulada. O seu sucesso será medido através do aumento da participação dos municípios no Fórum de Turismo do Estado de Sergipe (FORTUR) e nos Conselhos Regionais de Turismo (CRTUR) dos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico. Estão previstos investimentos em: (i) diagnóstico para parametrização do sistema integrado de informação e estatísticas turísticas; e (ii) fortalecimento dos municípios e entidades estaduais e regionais de turismo.

Componente V: Gestão ambiental

2.06 Este componente tem por objetivo melhorar a gestão da costa onde está localizada a atividade turística. O componente inclui investimentos em: (i) elaboração da Política de Gestão Costeira do Estado; (ii) elaboração de planos para a recuperação ecológica de áreas degradadas em estuários costeiros de importância turística; (iii) implantação de sistemas de esgotamento sanitário em municípios das costas marítimas e fluviais estratégicos para o turismo; (iv) proteção e manejo das APs com uso turístico; (v) estudos

do limite de mudança aceitável; e (vi) outras ações de prevenção e mitigação de possíveis impactos devido ao crescimento do turismo.”

4. Em virtude das alterações referidas nos parágrafos 1 e 2 acima, o quadro de custos constante da Cláusula 3.01 do Anexo Único do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

“III. Custo do Projeto e Plano de Financiamento

3.01 O custo do Projeto foi estimado no equivalente a US\$ 44.300.000,00 (quarenta e quatro milhões e trezentos mil Dólares) cuja distribuição por fonte de financiamento e categoria de investimento se indica no quadro seguinte:

**Custo e Financiamento do Projeto
(em milhões de US\$)**

Componente de investimento	Banco	Local	Total	%
I. Custos diretos	19.10	17.70	36.80	83.07
Componente 1. Estratégia de Produto Turístico Socialmente Inclusivo	11.76	0.05	11.81	26.66
Componente 2. Promoção Turística – Estratégia de Comercialização	1.70	0	1.70	3.84
Componente 3. Fortalecimento Institucional	0.89	0	0.89	2.01
Componente 4. Conectividade de Apoio – Infraestrutura e Serviços Básicos	0	17.65	17.65	39.84
Componente 5. Gestão Ambiental	4.75	0	4.75	10.72
II. Custos indiretos (administração, avaliação, auditorias)	7.50	0	7.50	16.93
Total	26.60	17.70	44.30	100.00
Percentual	60%	40%	100%	

ARTIGO SEGUNDO

Para os efeitos deste Instrumento de Alteração Contratual, os termos iniciados com maiúsculas utilizados neste Instrumento de Alteração Contratual terão os respectivos significados a eles atribuídos no Contrato.

ARTIGO TERCEIRO

Ratificam-se as demais disposições do Contrato de Empréstimo Nº 2984/OC-BR, o qual permanece em pleno vigor, com o texto resultante das alterações que constam do Artigo Primeiro deste Instrumento de Alteração Contratual.

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Banco, o Mutuário e o Fiador, agindo cada qual por intermédio do seu representante autorizado, firmam este Instrumento de Alteração Contratual em

3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, o qual entrará em vigor na data da última das três assinaturas conforme indicado abaixo.

ESTADO DE SERGIPE

BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO

/a/

/a/

Belivaldo Chagas
Governador

Hugo Flórez Timorán
Representante do Banco no Brasil

Data: 23 de novembro de 2018

Data: 06 de novembro de 2018

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

/a/

Nome: Procuradora da Fazenda Nacional;

Procurador(a) da Fazenda Nacional

Data: 28 de dezembro de 2018